



## Os 50 anos da Ditadura Militar na Amazônia: Guerrilhas, lutas e resistência alternativa na floresta<sup>1</sup>

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas<sup>2</sup>  
SILVA, Lanna Paula Ramos da<sup>3</sup>  
SOUZA, Milene Costa<sup>4</sup>  
PEREIRA, Natália Cristina Rodrigues<sup>5</sup>  
Universidade Federal do Pará, Belém, PA

### RESUMO

Neste artigo, a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) se constitui como a principal moldura histórica para se entender as conexões realizadas no âmbito nacional e internacional para integrar definitivamente a região amazônica aos padrões capitalistas. Os militares contaram com o apoio de empresários e grandes fazendeiros, políticos conservadores, uma parcela significativa da hierarquia da Igreja Católica e dos meios de comunicação de massas. Estes últimos, por conta das relações de dependências com o governo ditatorial, pouco divulgavam informações de relevante interesse público para a sociedade. Um exemplo foi a Guerrilha do Araguaia (1972 a 1975), que se tornou para as autoridades brasileiras um segredo de Estado. A guerrilha só não ficou silenciada na história porque se criou no período um sistema de comunicação alternativo – representado neste artigo pelos jornais *Resistência* (1978) e *A Classe Operária* (1975).

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia; Imprensa Alternativa; Guerrilha do Araguaia; Comunicação.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 01 a 03 de maio de 2014.

<sup>2</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará – UFPA, coordenadora do Projeto de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia, CNPq – UFPA. E-mail: [celia.trindade.amorim@gmail.com](mailto:celia.trindade.amorim@gmail.com).

<sup>3</sup> Bolsista do Projeto de Pesquisa Mídias Alternativa na Amazônia PIBIC/UFPA - AF. Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Pará – UFPA, E-mail: [lannapaular@gmail.com](mailto:lannapaular@gmail.com).

<sup>4</sup> Bolsista do Projeto de Pesquisa Mídias Alternativa na Amazônia PIBIC/CNPq - AF. Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Pará – UFPA, E-mail: [mileneconstadesousa@gmail.com](mailto:mileneconstadesousa@gmail.com).

<sup>5</sup> Ex-bolsista do Projeto de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia PIBIC/UFPA-AF. Estudante de Graduação do 7º semestre do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: [nataliacrpereira@gmail.com](mailto:nataliacrpereira@gmail.com).



## INTRODUÇÃO

Há 50 anos o país vivenciava o início da Ditadura Militar. O golpe de estado foi instalado no dia 31 de março de 1964. Tratava-se de uma época de propagação de ditaduras militares pela América Latina como as ocorridas na Argentina (1976-1983) e no Chile (1973-1990). Essas ditaduras contaram com o apoio dos Estados Unidos da América, que desejavam conter o avanço da ameaça comunista no continente. No Brasil, jornalistas, religiosos, ativistas, políticos, sindicalistas, dentre outros contrários ao golpe, foram duramente atingidos após a queda do presidente eleito João Goulart em 1964. Muitos pagaram com a vida como o jornalista Vladimir Herzog assassinado nas dependências do 2ª Exército, em São Paulo, no dia 25 de outubro de 1975.

Apesar da centralidade do golpe nas mãos dos militares, fundamentalmente do Exército Brasileiro, forças aglutinadoras da sociedade impulsionaram, nas palavras de Petit e Cuéllar (2012), o desenvolvimento da chamada ditadura civil-militar. Um dos exemplos utilizados pelos estudiosos encontra-se na Amazônia: empresários e grandes fazendeiros, políticos conservadores, uma parcela significativa da hierarquia da Igreja Católica e dos meios de comunicação de massas, deram apoio incondicional às estratégias e ações dos militares na ocupação da região.

Na Amazônia paraense, durante o governo de Fernando Guilhon – primeiro civil a assumir o cargo de governador do Pará em 1971, após a destituição de Aurélio do Carmo, em 1964 –, as forças armadas assumiram apenas seis dos 30 cargos de maior responsabilidade no Estado. (Petit e Cuéllar 2012, p. 185-186). Entre as instituições que se manifestaram contrárias ao regime no Pará, destacam-se o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Acadêmica Paraense (UAP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular (AP).

Especificamente no campo da comunicação, as ações da ditadura foram referendadas pelos meios de massa. Houve um reforço dos estereótipos ligados à *ameaça vermelha* ou *comunista* e aos perigos representados por elas para a nação brasileira. Tratava-se de eliminar do país possíveis reviravoltas sociais inspiradas na Revolução Russa (1917), Chinesa (1949) e Revolução Socialista de Cuba (1959). A intenção era enaltecer o trabalho realizado pelos militares em troca de proteção, apoio e de garantia de sua sobrevivência. (Petit e Cuéllar, 2012, p. 180-181).



A troca de interesses entre empresas de comunicação e o governo ditatorial possibilitou com que informações estratégicas ficassem escondidas do grande público, de forma que este último ficava sabendo apenas o que era do interesse da elite dominante em divulgar. Ao focarem na ameaça comunista, os meios de comunicação desprezavam pautas sobre a real situação dos planos de desenvolvimento para a Amazônia. Eles insistiram também em matérias sobre o chamado “milagre econômico”, período em que a economia nacional aparentou um elevado crescimento e que coincidiu com a vitória da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970. A imagem do Brasil revelada nas páginas dos jornais nacionais e locais, a exemplo da *Folha do Norte* (1896 a 1974) e *A Província do Pará* (1876 a 2001), ambos de Belém do Pará, não coincidiam com a realidade do país e sua complexidade política.

Certamente que os estrategistas militares se organizaram de maneira vertical. As decisões sobre o controle e a utilização da Amazônia foram realizadas de cima para baixo: Por meio de uma elite letrada nacional e regional, além da internacional; para a base composta por populações nativas (caboclos, índios, seringueiros, colonos) e pelos camponeses imigrantes analfabetos. Estes viviam ou passaram a viver na região por conta do incentivo à migração de mão-de-obra barata para a Amazônia, parte das políticas governamentais implantadas à época.

### **Amazônia: Capitalismo e Ditadura Civil-Militar.**

Desde a colonização da Amazônia pelos portugueses no século XVI até o desenvolvimento do agronegócio e do “capitalismo intensivo e extensivo” (Ianni, 1986) na região durante a ditadura militar brasileira em fins do século XX, a Amazônia vem sendo considerada como uma economia de fronteira, conforme explica a geógrafa Bertha Becker (2005):

Seu povoamento e desenvolvimento [da Amazônia] foram fundados de acordo com o paradigma de relação sociedade-natureza, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana. (BECKER, 2005, p. 72, grifo nosso).

Como economia de fronteira com recursos infinitos, a Amazônia foi cobiçada a ser incluída nos moldes do capitalismo. Mas para tal materialização havia a necessidade de integrar a região ao Brasil e ao mundo. Ianni (1986) apresenta o panorama geral das



mudanças ocorridas entre 1964-1978, sob a ótica da expansão e desenvolvimento do Capitalismo, via empresa privada na região. A criação e fortalecimento de uma Amazônia capitalista era o ponto estratégico dos planos arquitetados pelos militares.

Nos anos 1964-78, a economia amazônica ingressou na etapa da grande empresa privada, nacional e estrangeira. Ao lado das práticas tradicionais de extrativismo mineral, vegetal e animal, por um lado, e da ampla e esgarçada economia de subsistência, de tipo camponês, por outro, surgiu e expandiu-se a grande e média empresa privada. Na mineração, no extrativismo, na agricultura e na pecuária, tornaram-se cada vez mais frequentes os empreendimentos privados, nacionais e estrangeiros. Criaram-se inclusive empresas agroindustriais e industriais. (IANNI, 1986, p. 74).

Apesar do discurso propagado pelo imaginário nacional sobre a região, que enfatizava o vazio demográfico, “as riquezas infinitas” e os mistérios presentes na vida selvagem na floresta, e do “Integrar para não Entregar” repetido pelos militares sobre a necessidade de proteção dos recursos naturais brasileiros contra os anseios de outros países, foi durante a ditadura militar que a Amazônia passou do extrativismo para as mãos de interesses nacionais e internacionais.

O controle do território sobre a Amazônia, à luz da Segurança Nacional, contaram com as seguintes estratégias para instalação efetiva da empresa capitalista na região: o surgimento e desenvolvimento de instituições de fiscalização regional, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1966), o Banco da Amazônia S.A. (1966) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (1967); a construção de rodovias de integração nacional (1971-78), como a Transamazônica, Perimetral-Norte e a Cuiabá-Santarém; as políticas de incentivo migratório e suas promessas de terra e trabalho para todos, em especial as destinadas à população carente do Nordeste e Centro-Oeste; os benefícios concedidos aos empresários e latifundiários vindos do Sul/Sudeste do Brasil, atraindo-os com o objetivo de expandir o agronegócio e a mineração local, dentre outros.

Para Ianni, “industrializar, a qualquer custo, parecia ser o único caminho para trazer a Amazônia ao século XX, ou emancipá-la dos males do extrativismo” (1986, p. 62). Dessa forma, ele tece sua crítica aguda ao desenvolvimento predatório que foi instalado na região e a transformação da terra em mercadoria, que passa a ser de propriedade privada, especialmente porque “a política de terras do poder estatal, ao mesmo tempo, favorece o grande proprietário e controla, ou mesmo bloqueia, o acesso à terra por parte do trabalhador rural” (1986, p. 83).



Um dos argumentos utilizados pelo autor para confirmar a contradição que existia entre o discurso e as ações efetivas do governo ditatorial, consistiu no fato de que em 1977, apenas 10% das terras demarcadas couberam à colonização dirigida, número que deixa claro que o governo ditatorial estava mais comprometido com o grande empresário do que com o pequeno trabalhador rural (1986, p. 86). Iniciados anos atrás, mais agravados na ditadura, os conflitos pela terra e a rede de violência gerada ainda coexistem até hoje nas entranhas da Amazônia, entre grileiros, grandes proprietários, trabalhadores, indígenas, pequenos camponeses e outros atores sociais.

Ao situar à Amazônia como “um lugar de exploração, abuso e extração de riquezas em favor de outras regiões e outros povos” (LOUREIRO, 2002, p. 2), a socióloga Violeta Loureiro reforça o pensamento de Ianni quando observa duas importantes questões sobre a região:

A história dos homens na Amazônia tem sido construída a partir de dois eixos norteadores, mas conflitantes: de um lado, a visão paradisíaca criada pela magia dos mitos da região e sobre a região; de outro, a violência cotidiana gestada pela permanente exploração da natureza e desencadeada pelos preconceitos em relação a ambos – homem e natureza. (LOUREIRO, 2002, p.3).

Frente à esta complexidade e diante de uma grande imprensa que constantemente mostrava uma Amazônia “promissora” à integração do país e do mundo, muitos atores sociais, carentes de espaço para emitirem suas opiniões e contrários à ditadura, criaram um sistema de comunicação alternativo. Jornalistas, intelectuais, ativistas, político de esquerda, colonos e índios fizeram uso de jornais, informativos e boletins contra hegemônicos para manifestar repúdio à ditadura e trazer de volta o país à vida democrática.

Sob esta perspectiva, a comunicação alternativa pode ser entendida, segundo (Cicilia Peruzzo, 2008), como uma contra-comunicação ou uma outra comunicação. Na Amazônia uma outra comunicação ecoava da imprensa alternativa. Na pauta de diversos alternativos estavam os conflitos ambientais, conflitos por terra, moradia, grilagem, áreas indígenas ameaçadas por grandes latifúndios, grandes projetos, guerrilhas.

### **Guerrilhas, lutas e resistências alternativas**

Havia um grande esforço dos órgãos de repressão para que fatos como a Guerrilha do Araguaia, ocorrida de 1972 a 1975, ficassem encobertos pela sombra da



história oficial. A Guerrilha do Araguaia foi deslanchada na área chamada de Bico do Papagaio (sul do Pará, norte do Tocantins e oeste do Maranhão).

O isolamento da região do Bico do Papagaio, conhecida como tríplice divisa, era considerado estratégico para se fazer uma revolução socialista do campo para a cidade. Inspirada nas revoluções socialistas desencadeadas em outros continentes – Rússia (1917), China (1949) e Cuba (1959) – O PCdoB tinha a pretensão de implantar um movimento armado no Brasil para tomar o poder dos militares.

Os moradores viviam dispersos, em clareiras abertas na selva nas quais plantavam roças ou nos poucos vilarejos. As terras férteis, cheias de depressão e cortadas por igarapés, ofereciam boas condições para a implantação de um movimento guerrilheiro. A abundância de água e a mata fechada lembravam o Vietnã, inferno verde em que soldados norte-americanos tombavam sob as armadilhas dos vietcongues. (MORAES E SILVA, 2005, p.22).

De acordo com Mourão (2007), cerca de 70 militantes – em sua maioria líderes estudantis – se instalaram na localidade, vindos de outras partes do país, e se tornaram atuantes na comunidade local por meio da pescaria, comércio e outras atividades ali desenvolvidas. Dessa forma, eles conquistaram o apoio da população nativa ao movimento de guerrilha. De abril de 1972 a janeiro de 1975, aconteceu o conflito armado, no qual os militares deslocaram entre 10 e 20 mil combatentes das forças armadas em três campanhas para a região para sufocar o movimento de oposição (MOURÃO, 2007, p. 02).

A grande imprensa nacional, amordaçada pelo regime, pouco divulgava sobre o assunto. Os acontecimentos do Bico do Papagaio só não ficaram silenciados na história porque se criou no período um sistema de comunicação alternativo. A guerrilha foi documentada no jornal alternativo paraense *Resistência* (1978), publicação pertencente à Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), e no jornal alternativo *A Classe Operária* (1925), porta-voz do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, a partir de 1962, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A publicação começou a ser produzido no Rio de Janeiro e, com a ditadura, virou uma produção clandestina.

O jornal *Resistência* (1978), com sua posição contra hegemônica bem definida, procurava denunciar e combater os extremismos cometidos pelo regime na Amazônia. Na edição do jornal de nº 19 de 1980 (cinco anos após o fim da guerrilha), o alternativo apresentava uma matéria de quatro páginas intitulada “Na trilha do povo da mata” em que denunciava e descrevia o percurso da viagem que os familiares dos participantes da



guerrilha realizaram - passando por várias cidades do estado do Pará até chegar a Brasília - com a finalidade de obterem informações sobre os desaparecidos e mortos durante a revolução. Outra matéria com a mesma temática aparece na última página de da edição de nº 75, de 1987, com o título “Guerrilha do Araguaia, 15 anos depois: impunidade e desaparecidos” em que revelava que mesmo decorridos todos esses anos, nada foi esclarecido.

Figura 1: Fotos das edições do jornal Resistência, de nº 19 de 1980; e de nº 75 de 1987



Fonte: Mídias alternativas na Amazônia, 2014.

Com farta publicação crítica com relação à Guerrilha do Araguaia, o alternativo *A Classe Operária* (1925), jornal oficial do PCdoB, foi veemente nas questões do conflito armado na região. O alternativo divulgava as propostas do partido, que tinha como ponto central a derrubada da ditadura pela luta armada e a convocação dos leitores para uma “guerra popular”. Nesta perspectiva, Mourão afirma: “a questão da luta armada, de grande relevância para o PCdoB, precisava estar clara não só nos documentos oficiais do partido, mas também em seu órgão central – *A Classe Operária*”. (MOURÃO, 2007, p. 4).

O PCdoB utilizou o alternativo para alertar, convocar e demonstrar seus ideais, fossem eles de guerra ou políticos. Neste aspecto, a equipe do jornal considerava as ideias leninistas sobre a relação do partido com a comunicação em prol do esclarecimento das massas. É nesta perspectiva que Mourão (2007, p. 3) declara: “De acordo com Lênin, cabia aos jornais comunistas educar as massas, organizar a classe

operária e propagar a linha ideológica do partido – atividades resumidas por ele como ‘propaganda e agitação’.

Figura 2: Imagem da edição do Jornal Classe Operária, nº 96, de 1975.



Fonte: Centro de Documentação e Memória Fundação Mauricio Grabois, 2014.

Downing explica que essas possibilidades de mídias alternativas radicais são criadas e utilizadas como oposição à hegemonia presentes na sociedade, logo atuam como contra hegemônicas. (DOWNING, 2002, p.48). A contra hegemonia é uma forma “de categorizar as tentativas de contestar as estruturas ideológicas dominantes e suplantá-las com uma visão radical alternativa” (DOWNING, 2002, p. 48). As estruturas hegemônicas apontadas por Downing – com a ajuda das teorias de Gramsci – exercem uma forma de dominação que vai além do uso de estruturas bélicas, pois envolvem um predomínio cultural, simbólico, por vezes sustentado por instituições influentes como a Igreja, meios de comunicação, escolas, governo, partidos políticos, entre outros.

Por isso, Downing argumenta que “o papel da mídia radical pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade” (2002, p. 49) principalmente em períodos de exceção. Este papel apontado por Downing foi cumprido pelos meios de comunicação alternativos que surgiram na ditadura civil-militar. Muitos desapareceram, outros se reinventaram, mas é inegável a necessidade deles para que





setores com menor poder na sociedade possam expor suas lutas, valores, protestar, e exigir direitos, incluídos os de comunicação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi exposta, dentro de um contexto de ditadura militar (1964-1985) no Brasil, uma realidade amazônica à luz da imprensa alternativa ainda por ser contada. Os jornais *Resistência* e a *Classe Operária* apontam para uma resistência popular à ditadura imposta ao país, e em especial à Amazônia.

A população do Norte do País reagiu a várias formas de opressão do regime como torturas, assassinatos, censuras aos jornais. Muitos morreram, outros foram exilados do País; e outros entraram para a história como desaparecidos. Portanto, as metas do governo militar para a Amazônia não foram estabelecidas facilmente como muitos estrategistas do golpe previam. Os jornais *Resistência* e a *Classe Operária*, assim como tantos outros que se formaram no período de extrema censura brasileira, forçaram o país a seguir em frente na luta pela liberdade de expressão e pelo fim da opressão cultural e política na região.

Observa-se a necessidade de um sistema midiático alternativo para apresentar outra versão da história oficial nacional e regional. Os dois jornais alternativos citados foram importantes para divulgar as atrocidades do regime e preservar uma memória ativadora do direito à informação na região, permitindo que divergentes pontos de vista e interesses viessem à tona e pudessem se relacionar no entendimento do que foram os anos de ditadura civil-militar na região.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados** 19. Vol. 53, p. 7, 2005.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Fronteira Amazônica e planejamento na época da Ditadura Militar no Brasil: Inundar a Hileia de civilização?. **Boletim Goiano de Geografia**. Vol. 30, n. 1, p. 13-33, jan./jun. 2010.

DOWNING, John D. H. Cultura Popular, audiências e mídia radical. In: **Mídia Radical: Rebelia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. Tradução: Silvana Vieira – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964-1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.



MORAIS, Thais e SILVA, Eumano. Operação Araguaia. **Os arquivos secretos da guerrilha**. SÃO PAULO: Geração Editorial, 2005

PERUZZO, Cicilia M.K. Aproximações entre Comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Natal-RN, 2008.

\_\_\_\_\_. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 2006.

PETIT, Pere. CUÉLLAR, Jaime. 2012. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, 2012.

### **Outras Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Rogério Henrique. **Araguaia-Tocantins: Fios de uma história camponesa**. 2006.

AYRES, Rodrigo S. M. C. **Dos Porões à Corte Interamericana de Direitos Humanos: Desafios da Anistia**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC - Departamento de Direito. 2010. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/16798/16798.PDF>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2013.

CHACEL, Cristina. **Seu amigo esteve aqui: A história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/150144255/Seu-Amigo-Esteve-Aqui>>. Acesso em 30 de janeiro de 2014.

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir**. In: Estudos Avançados. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a08.pdf>>. Acesso em: 24 de março de 2014.

MOURÃO, M. Por que lutar: A necessidade de ação armada contra a ditadura militar brasileira segundo o jornal A Classe Operária. In: **XII Colóquio Internacional de Comunicação**. Fortaleza, 2007. Disponível em: <<http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/7/76/GT1-04- Por que lutar- Monica.pdf>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2013.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Os primeiros passos do colonismo social no Pará: Folha do Norte e A Província do Pará. In: **VIII Encontro Nacional de História da Mídia**. Unicentro: Guarapuava – PR, 2011.

SCALOPPE, M. O. M. **Práticas midiáticas e cidadania no Araguaia: o jornal Alvorada**. 1. ed. Cuiabá: Kcm editora, 2012. v. 1. 156p.

### **FOTOGRAFIA:**

GRABOIS, Maurício. Centro de Documentação e Memória, Fundação, 2014.